

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UTOPIA DE UMA NOVA CIVILIZAÇÃO?

¹Jerisvaldo Pereira Santos, ²Reginaldo Santos Pereira

1 - Pedagogo e Especialista em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, campus de Itapetinga – Bahia – Brasil. E-mail: jerisvaldosantos@hotmail.com

2- Professor e Pesquisador da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, campus de Itapetinga. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU.- Brasil.

RESUMO

Nas últimas décadas observamos uma crescente preocupação com as questões ambientais em todo o mundo, e, neste sentido, refletimos em que medida o desenvolvimento econômico desenfreado poderá contribuir para a construção de uma sociedade mais humana e sustentável. Assim, este estudo busca trazer ao debate e reflexão a possibilidade de construção de um paradigma civilizacional que alie desenvolvimento e sustentabilidade numa perspectiva de emancipação dos sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: capitalismo, meio ambiente, civilização.

ENVIRONMENT AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT: UTOPIA OF A NEW CIVILIZATION?

ABSTRACT

A growing concern with environmental issues can be observed in all the world during these last years. This way, we can think about how the economic development with no brakes can contribute to construct a more humane and sustainable society. So this study aims to promote the discussion about the possibility of building a civilizational paradigm that links development and sustainability in a perspective of emancipation of the subjects.

KEYWORDS: capitalism, environment, civilization.

INTRODUÇÃO

A simples identificação dos problemas não é suficiente para sanar as dificuldades ecológicas pelas quais passam o mundo, posto que as suas causas estejam enraizadas no modelo de desenvolvimento capitalista implementado no mundo a partir da Revolução Industrial. Observamos que ao longo das duas últimas décadas tem crescido o discurso da importância da participação da sociedade civil organizada nas instâncias de governo através das parcerias e nas constituições dos conselhos paritários, que são órgãos de gestão pública que trata de temas ou direitos específicos e que se vinculam ao aparelho de Estado, ou seja, são permanentes e não representam necessariamente as forças políticas do governo e

são compostos por representantes de diferentes setores sociais ou entidades em igual número, nas esferas nacional, estadual e municipal, e do papel que tais organizações devem cumprir no controle social das ações governamentais.

Deste modo, esta reflexão busca responder a seguinte questão: como a questão ambiental e desenvolvimento econômico pode desencadear processos civilizacionais, emancipatórios e sustentáveis? Para tanto, lança-se mão de uma revisão teórica, tomando como marco inicial a revolução industrial ocorrida no século XVIII, na qual se observa que o mundo vem experimentando avanços e mudanças consideráveis na área da técnica e da ciência.

De um lado, o esgotamento dos recursos naturais e os desastres provocados pela corrida tecnológica em busca de respostas as demandas criadas. De outro lado, o fato de que, numa sociedade de 6,2 bilhões de pessoas, o limite do planeta nega o acesso a essas tecnologias e riquezas à maior parte da humanidade, relegada ao esquecimento e à miséria (OLIVEIRA & BORGES, 2008, p. 34).

Este processo tem proporcionado ao homem cada vez mais facilidades e agilidade para o desenvolvimento de suas atividades, e conseqüentemente um maior tempo de ociosidade, comodidade e conforto. Entretanto, observamos a existência de uma lógica de exploração do homem pelo homem, submissão de povos, destruição do equilíbrio do universo e espoliação das riquezas da terra, rompendo com os laços de fraternidade entre a criatura humana e o planeta que habita.

CRÍTICA AO CAPITAL

Considerando que encontra-se em vigência o regime capitalista, que por característica própria concentra riqueza, reforça o mercado, acumula lucro e estimula o consumo desenfreado dos bens produzidos, temos como resultado deste processo a destruição dos recursos naturais do planeta, revelando que a terra não é suficiente para sustentar este modelo de desenvolvimento. Isto se torna evidente quando verificamos o número de pessoas famintas que perambulam pelas ruas dos grandes centros, pelas dificuldades sociais que passam as cidades pequenas, a concentração de terras, o desaparecimento de espécies, a extinção de animais, a devastação das florestas, a poluição dos rios e mares e a constatação da existência de uma massa de pessoas excluídas do usufruto dos bens produzidos.

O sonho de crescimento ilimitado produziu o subdesenvolvimento de dois terços da humanidade, a volúpia de utilização optimal dos recursos da terra levou a exaustão dos sistemas vitais e à desintegração do equilíbrio ambiental. Tanto no socialismo quanto no capitalismo se corroeu a base da riqueza que é sempre a terra com seus recursos e o trabalho humano. Hoje a terra se encontra em fase avançada de exaustão e o trabalho e a criatividade, por causa da revolução tecnológica, da informatização e da robotização, são dispensados e os trabalhadores excluídos até do exercito de reserva do trabalho explorado (BOFF, 2004, p. 23).

Neste contexto, acreditamos que este modelo de desenvolvimento não tem sentido, posto que, aumenta a cada década o número de desempregados, famintos, sem terra e casa, menores abandonados, idosos desamparados, discriminação das

minorias, reaparecem doenças tidas como erradicadas do meio da comunidade humana, surgem males como a depressão, cresce a violência, dentre tantas outras moléstias que conhecemos e experimentamos na atualidade. Soma-se ainda a essa realidade os enormes e incalculáveis prejuízos que o planeta tem sofrido como o desmatamento, aquecimento global, poluição dos rios, solos e do ar, lixo, redução do potencial de água potável.

UMA NOVA FORMA DE VER O MEIO AMBIENTE

Frente a essas contradições podemos afirmar que se faz necessário buscar respostas para essas situações e problemas sem perder de vista as relações sociais, do meio ambiente e da subjetividade humana. Como afirma Guattari (1990.p. 9):

Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autentica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais. Essa revolução deverá concernir, portanto, não só às relações de forças visíveis em grande escala, mas também aos domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo.

A busca de respostas deve ir muito além do reconhecimento e da compreensão da realidade contraditória em que se encontra a terra ecologicamente. Elaborar propostas e alternativas concretas para a resolução e/ou minimização da crise em que nos encontramos, exige um pensar amplo e aberto, um diálogo com a totalidade dos seres e de suas relações, enfim, um romper com o paradigma clássico das ciências com as suas dualidades e cartesianismo.

Surda para ouvir a voz de Gaia, por causa de uma tradição racionalista e antropocêntrica, a humanidade precisa repensar a civilização que transformou os 6,2 bilhões de habitantes da terra em indivíduos vorazes e cobiçosos de viver segundo um estilo de vida como “primeiro mundo”, baseado no uso indiscriminado da tecnologia e no consumo desenfreado. Esse modo de vida se contrapõe ao novo olhar sobre a terra, já que não é possível mais estender esses pseudobenefícios a toda a humanidade. Segundo esse modelo, ou se excluem bilhões de pessoas e se reconhece que ele não é para todos (e se assume a total falta de ética de uma sociedade que aceita ela mesma como privilégio de alguns) ou se repensa estruturalmente o modelo social como um todo (OLIVEIRA & BORGES, 2008, p. 28).

Assim sendo, o enfretamento da tensão existente entre o pensamento mecanicista cartesiano e o pensamento sistêmico lança luz sobre a reflexão que hora estamos realizando, posto que a ênfase dada as partes tão próprio do pensamento cartesiano, mecanicista, reducionista ou atomística, representado por René Descartes, pressupõe um afastamento e diferenciação do homem da natureza, tornando-o senhor e possuidor da terra.

[...] consiste em quebrar fenômenos complexos em pedaços a fim de compreender o comportamento do todo a partir das propriedades das partes. Descartes baseou sua concepção da natureza na

divisão fundamental de dois domínios independentes e separados, o da mente e o da matéria. O universo material incluindo os organismos vivos, era uma máquina para Descartes, e poderia, em princípio, ser entendido completamente analisando em termos de suas partes (CAPRA,1996, p. 34).

Romper com a concepção antropocêntrica, onde os seres animados e inanimados estão a serviço do ser humano, que pode dispor deles a seu bel-prazer, atendendo os seus desejos e preferências é uma tarefa a ser assumida, posto que se observa a construção lenta de um novo modelo de pensamento, o ecológico e um paradigma de civilização.

Perdidos entre máquinas, fascinados por estruturas industriais, enclausurados em escritórios de ar refrigerados e flores ressequidas, aparelhos eletrodomésticos e de comunicação e absortos por mil imagens falantes. Agora estamos regressando à grande comunidade planetária e cósmica. Fascina-nos a floresta verde, paramos diante da majestade das montanhas, enlevamo-nos com o céu estrelado e admiramos a vitalidade dos animais. Enchemo-nos de admiração pela diversidade das culturas, dos hábitos humanos, das formas de significar o mundo. Começamos a colher e valorizar as diferenças. E surge aqui e acolá uma compaixão para com todos os seres, particularmente por aqueles que mais sofrem, na natureza e na sociedade. Sempre houve na humanidade tal sentimento e sempre irrompeu semelhante emoção, pois elas são humanas, profundamente humanas. Agora, entretanto, no transfundo da crise, elas ganham novo vigor e tendem a se disseminar e a criar um novo modo de ser, de sentir, de pensar, de valorizar, de agir, de rezar, vale dizer: emerge um novo paradigma (BOFF, 2004, p. 28).

Assim, a humanidade é convidada a repensar o sentido de seu existir e o modo como se faz presente na terra, bem como valorizar as iniciativas coletivas. Como afirma Boff (1999, p.25):

Neste sentido as respostas vêm sendo formuladas concretamente pelo conjunto das pessoas que ensaiam práticas significativas em todos os lugares e em todas as situações do mundo atual. Portanto, não há um sujeito histórico único. Muitos são os sujeitos destas mudanças. Elas se orientam por um novo sentido de viver e atuar. Por uma nova percepção da realidade e por uma nova experiência do Ser. Elas emergem de um caminho coletivo que se faz caminhando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a construção de um novo paradigma de sociedade poderá ser inaugurado a partir daqueles que sentem e partilham as dores dos outros, acreditam no poder curativo da natureza, cultivam a espiritualidade e a meditação, refletem sobre os problemas sociais na ótica ecológica e são capazes de se indignarem com

a destruição dos recursos naturais do planeta e elaboram propostas alternativas de desenvolvimento.

A sociedade contemporânea tem tomado consciência de suas limitações físicas e civilizacional. Dois caminhos se abrem ao homem: ou busca alternativas individuais de sobrevivência, perdendo o sentido histórico da existência, ou busca soluções coletivas para superar a crise ambiental que atravessa.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, L.; PEREIRA, M.L.D.; **DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E INSTITUIÇÕES HÍBRIDAS**. Revista Virtual Teoria & sociedade, número especial, março. 2005.

BOFF, L.; **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

_____. **Saber cuidar: Ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CAPRA, F. **A teia da vida: a compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996.

COLARES, A. A. ; COLARES, M. L. I. S.; **Do autoritarismo à construção da democracia participativa**. Campinas, SP: autores associados, São Paulo, SP: ANPAE, 2003 (coleção contemporânea)

CUNHA, P.F.; **Aristóteles – Filosofia do Homem: Ética e Política**. Disponível em <http://www.hottopos.com/rih8/pfc.htm>. Acesso em 09/08/2009.

GUATTARI, F.; **As três ecologias**. Campinas, SP: Papirus, 1990.

JÚNIOR, D.; FRANCISCO, J.; **Itinerário de uma crise: a modernidade**. Curitiba – PR: editora da UFPR, 1997.

LEHER, R.; Os conselhos como forma de gestão das políticas públicas. In: SCHEINVAR, Estela e ALGEBAILLE, Eveline (Orgs.). **Conselhos participativos e escola**. Rio de Janeiro, DP&A, 2004.

OLIVEIRA, J.; BORGES, W.; **Ética de Gaia: ensaios de ética socioambiental**. São Paulo: Paulus, 2008.